

La educación profesional en las escuelas estatales de Bahia y la educación de jóvenes en el modo de producción capitalista: La necesidad de disputar proyectos históricos

Ruy José Braga Duarte

rjbduarte@uneb.br

<https://orcid.org/0000-0002-3867-3468>

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Guanambi-Bahia, Brasil.

Celi Nelza Zulke Taffarel

taffarel@ufba.br

<https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador-Bahia, Brasil.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Marize Souza Carvalho

carvalhosouzam@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5055-2725>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador-Bahia, Brasil.

Recebido: 15/03/2022 **Aceito:** 20/04/2022

Resumen

Este artículo discute la formación humana de la juventud bahiana, los rumbos de las políticas públicas para la formación profesional de la clase obrera, en el modo de producción capitalista, para debatir el proyecto histórico y los fundamentos que orientan el currículo de la Red Pública de Bahía, las posibilidades de superación en la lucha entre proyectos antagónicos, peleadas en las escuelas. Preguntamos ¿qué teorías, sus contradicciones y posibilidades de superación subsidian el currículo y el trabajo pedagógico en la formación profesional en Bahia, frente al proyecto de emancipación de la clase obrera? El objetivo es analizar en el currículo, la labor pedagógica del docente en la educación técnico profesional de nivel medio, los aportes en la escolarización de la juventud, y la emancipación de la clase trabajadora. Es una investigación descriptiva y los procedimientos de investigación son análisis de contenido de las fuentes documentales. La base teórica es la que explica el capital, escolarización profesional y proyecto histórico de emancipación de los obreros. Concluimos que, en condiciones objetivas adversas, en medio de contradicciones, los fundamentos curriculares de la teoría pedagógica histórico-crítica referenciada en el proyecto histórico de superación del capitalismo, son ejes estructurantes para la formación de los jóvenes.

Palabras clave: Educación Profesional; formación humana; emancipación

A educação profissional nas escolas estaduais da Bahia e a formação da juventude no modo de produção capitalista: A necessidade de disputar projetos históricos

Resumo

O presente artigo discute a formação humana da juventude na Bahia, os rumos das políticas públicas de educação profissional da classe trabalhadora, no modo de produção capitalista, para debater o projeto histórico e os fundamentos que orientam o currículo escolar

implementado na Rede Pública do Estado da Bahia, as possibilidades superadoras na luta entre projetos antagônicos, travadas no chão das escolas. Perguntamos quais teorias, suas contradições e possibilidades superadoras subsidiam o currículo e o trabalho pedagógico na formação profissional na Bahia, frente ao projeto de emancipação da classe trabalhadora? O objetivo foi analisar no currículo, o trabalho pedagógico do professor na educação profissional técnica de nível médio, as contribuições na escolarização da juventude, e emancipação da classe trabalhadora. É uma pesquisa descritiva, a partir de fontes documentais – Leis e Decretos e bibliográficas. Os procedimentos investigativos são análises de conteúdo de fontes documentais. A base teórica de discussão dos resultados é a que explica o que é o capital, a escolarização profissional e o projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora. Concluímos que, em condições objetivas adversas, em meio a contradições, os fundamentos curriculares da teoria pedagógica histórico-crítica referenciada no projeto histórico superador do capitalismo, são eixos estruturantes para a formação profissional da juventude.

Palavras-chave: Educação Profissional; formação humana; emancipação

Professional education in the Bahia state schools and the youth education in the capitalist production mode: The need to dispute historic projects

Abstract

This article discusses the human formation of youth in Bahia, the directions of public policies for the professional education of the proletariat in the capitalist mode of production. Thus, it aimed to debate the historical project and foundations that guide the curriculum implemented in Public Educational Network in Bahia, the possibilities of overcoming the struggle between antagonistic projects, waged in the schooling field. It was searched the theories, contradictions, and possibilities of overcoming subsidize the curriculum and pedagogical work in professional training in Bahia, facing the project of emancipation of the proletariat. The objective is to analyze, in the curriculum, the pedagogical work of technical high school teachers, the contributions in the schooling of youth, and the emancipation of the working class, through descriptive research, from documentary - decree and laws and bibliographic sources. The investigative procedures are the content analysis of documentary sources. The results discussion theoretical basis is the one that explains capital definition, professional schooling, and the historical project of emancipation of the working class. In conclusion, in adverse objective conditions, permeated with contradictions, the curricular foundations of the historical-critical pedagogical theory, referenced in the historical project of overcoming capitalism, are structuring axes for the professional training of youth.

Keywords: Professional Education; human formation; emancipation

Introdução

[...] Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ele vâ uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 1985, p. 233).

Ao longo da história da humanidade, de acordo com o modo de produção da vida, os seres humanos foram transformando a realidade de acordo com as suas necessidades e, assim, transformando-se, produzindo a cultura e garantindo, de uma geração a outra, o patrimônio cultural que foi permitindo a criação das condições objetivas da existência e a reprodução da espécie. Portanto, para manter a sua existência, os seres humanos em contato com a natureza a transformaram, criaram instrumentos e desenvolveram tecnologias.

O que constatamos, neste momento histórico (2022), que o *modus operandi* do capital imperialista, crise-ajuste-crise (MONTORO, 2014), está ameaçando a própria existência da vida no planeta terra. A emergência climática, a destruição de contratos sociais civilizatórios, a eminência de uma catástrofe nuclear promovida pela guerra inter imperialista transformou o sistema mundial de opressão em sufocamento financeiro, da maioria da população do planeta. Segundo Lenin (2022, p. 27) “a partilha deste “espolio” efetua-se entre dois ou três predadores mundialmente poderosos, aramados até os dentes que arrastam a terra para a sua guerra pela partilha do espolio” e este “espolio”, são os bens naturais, as fontes energéticas, a classe trabalhadora, os meios de produção. O trabalho, o trabalhador, a natureza e dentro da classe trabalhadora, principalmente os jovens.

Por isso, perguntamos: quais as teorias curriculares que subsidiam o currículo e o trabalho pedagógico na formação profissional na Bahia, quais as contradições e possibilidades superadoras dessas teorias, frente ao projeto de emancipação da classe trabalhadora?

Ao perguntar pelas teorias, perguntamos sobre seus fundamentos curriculares. Segundo Ângela Celeste Barreto de Azevedo, em seu livro *Fundamentos da teoria curricular para a (Re) formulação de projetos Pedagógicos em Educação Física* (AZEVEDO, 2016), a autora destaca que as teorias curriculares

como tradicional, crítica e pós-crítica apresentam uma determinada forma de pensar o currículo. Enquanto a teoria de currículo tradicional considera respostas

já dadas a questões sobre qual e porque determinado conhecimento deve ser transmitido, as teorias pós-críticas, destacam relações de poder as teorias críticas enfatizam a crítica e a apresentação de proposição superadora a respeito da concepção de sociedade, ser humano e sobre a função social da escola, destacando os interesses de classes envolvidos na seleção, sistematização e trato com o conhecimento (AZEVEDO, 2016, p. 33).

Segundo Azevedo (2016), o surgimento das teorias sobre currículo pode estar associado às condições advindas com a escolarização de massas desencadeada a partir do final do século XIX. Portanto, os fundamentos que sustentam a concepção de currículo residem no fato de que:

[...] a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza humana biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2003, p. 13).

GAMA (2015) em sua tese de doutoramento sobre “Princípios curriculares à luz da Pedagogia histórico-crítica: as contribuições da obra de Dermeval Saviani” destacam que o currículo escolar se materializa através do trato com o conhecimento, a organização e a normatização escolar. Portanto, o ponto de partida para materializar a função social da escola que é, realizar em cada indivíduo o processo de humanização que é historicamente produzido e socialmente acumulado, a partir da realidade concreta, que é o ponto de partida e chegada, considerando a relevância social e epistemológica dos conhecimentos das áreas das artes filosofia e ciência, que é problematizado, ampliado, aprofundado para permitir a catarse e o retorno a prática social em um patamar mais elevado, elevando assim a capacidade teórica dos estudantes.

Esta é, portanto, a função social da escola e dentro dela o currículo. Garantir que, o que nos humaniza, seja de acesso a todos, na escola, pública, de qualidade, laica, socialmente referenciada. Acreditamos que a resposta vem acompanhada de possibilidades e fundamentada com as experiências onde foram vivenciados um ensino médio único enquanto estrutura, politécnico quanto ao conteúdo e dialético quanto à metodologia (KUENZER, 1989).

Nesse contexto, a educação profissional do estado da Bahia tem tido um papel importante na resistência da hegemonia do capital dentro da escola, pois, evidenciando uma formação para o mundo do trabalho, em contraponto as necessidades do mercado de trabalho que utiliza da força de trabalho como mercadoria, como forma de iludir o povo, continuando com as estratégias de fortalecimento da classe, visto que “a história de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2000, p. 12).

Para compreender as lutas, entre os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos que direcionam as políticas públicas de educação, em particular da educação profissional, que são travadas no chão das escolas, que interferem de maneira decisiva na formação dos jovens, necessitamos saber através da análise, no currículo, o que o fundamenta, suas contradições e possibilidades superadoras que a educação profissional do estado da Bahia vem procurando enfrentar durante os últimos anos no desenvolvimento da formação da juventude no modo de produção capitalista.

O desafio da educação profissional pública para a formação da juventude

A educação, principalmente a pública, para transcorrer por uma organização do trabalho pedagógico escolar numa perspectiva superadora em busca da emancipação dos sujeitos, se faz necessário compreender o tempo livre do trabalhador, visto que, grande parte destes trabalhadores buscam qualificação e conhecimento nas escolas públicas, pois,

[...] o processo de emancipação é essencialmente econômico e histórico (que o espiritual primeiramente apenas reflete e segue): num primeiro movimento, o homem aliena-se exteriorizando-se, ou seja, vendendo a sua força de trabalho que, também ela, se materializa em produto externo. A passagem seguinte – abolição, que será efetivamente uma *supressão* e uma *vitória* (síntese nova) – faz com que o indivíduo não se desenvolva na sua singularidade e particularidade como no ensino “intelectual”, mas numa forma humana superior – o homem social, cujo desenvolvimento se identifica com o de toda a sociedade, desprovida para isso de todos os seus entraves, a divisão do trabalho, as classes, o dinheiro, o Estado, etc. (DANGEVILLE, 2011, p. 121).

Nesse sentido, caminhamos em busca de uma educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2005), uma educação que seja construída a partir do trabalho, possibilitando, assim, um amplo horizonte de conhecimento durante o processo de escolarização. Pois, uma condução diferente desse processo coloca o estudante desestimulado durante a sua escolarização.

Cabe destacar que para assegurar o processo de humanização de uma geração a outra, foi necessário que os seres humanos assegurassem a transmissão desse conhecimento, porque cada ser humano que nascia tinha que ter afirmada as condições para se humanizar, uma vez que, não nascemos humanizados. Nos humanizamos à medida que nos apropriamos da cultura. Segundo Saviani (2005), no período em que não existiam escolas, quando não existia a sociedade de classes (PONCE, 2010),

A educação coincidia com o próprio processo de existência. Era a própria vida. Isso quer dizer que o princípio de que “educação é vida” enunciado teoricamente muitos séculos depois pelo movimento da Escola Nova, nas comunidades

primitivas era verdade prática. No próprio ato de viver os homens se educavam e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2005, p. 247).

Com o surgimento da sociedade de classes, a partir da propriedade privada e o fim da propriedade comunal, passam a vigorar os interesses de classes, em especial das que dominavam e detinham meios de produção. Segundo Ermakova e Ratnikov (1986):

[...] A análise de classe permite descobrir as forças sociais que fazem a história e revelar as tendências principais e as perspectivas de desenvolvimento social. [...] As condições econômicas da existência das classes e o seu lugar no sistema de produção social determinam os interesses de classes. O interesse de classe é a atitude objetiva, independente da consciência de classe para com o modo de produção e o regime social e estatal existente e [...] está dirigido para a defesa do modo de produção e do regime estatal existente ou para seu derrubamento e substituição por formas novas, mais progressistas (ERMAKOVA; RATNIKOV, 1986, p. 100-101).

Passamos, portanto, de um modo de produção a outro, e com ele alteram-se as formas com que as gerações mais velhas educavam as mais novas.

Para Martins (2013, p. 10),

[...] não é suficiente nascer e viver em sociedade, não basta o contato imediato com as objetivações humanas. Para que os indivíduos se insiram na história, humanizando-se, eles precisam de educação, da transmissão da cultura material e simbólica por parte de outros indivíduos. No ato social educativo, entendido em sua máxima abrangência humanizadora, reside a protoforma do ser social, isto é, de um ser cujo desenvolvimento é condicionado pela qualidade das apropriações que realiza.

Em outras palavras, o desenvolvimento da inteligência humana nas suas máximas possibilidades decorre da apropriação da cultura. E isso é afirmar a natureza social do desenvolvimento humano e que a natureza social é decisiva para o desenvolvimento dos indivíduos (MARTINS, 2008). Ainda, com a autora:

Dentre os processos educativos, destaca-se a forma de educação escolar, cuja função precípua deva ser a promoção do desenvolvimento dos indivíduos na direção da conquista e consolidação dos comportamentos complexos culturalmente formados, dado que aponta o seu papel, sobretudo, na qualidade da imagem subjetiva da realidade a ser construída. Essa qualidade, por sua vez, não é indiferente à natureza das atividades promovidas pela educação escolar, o que significa dizer que nem toda educação escolar alia-se, de fato, a um projeto de humanização (MARTINS, 2008, p. 15-16).

No sentido de garantir a continuidade do processo de humanização é preciso dizer não as guerras e ao que as determina que é o processo capitalista de produzir e reproduzir a vida no planeta terra. Urge avançarmos como demonstra Mézáros (2002) para além do sociometabolismo do capital e transitarmos para além do capital, superando a barbárie.

Para que isso ocorra, é necessária uma pedagogia, ou seja, uma teoria que explique como se desenvolve o ser humano, como conhecemos e como ensinamos e aprendemos.

A escola coloca a teoria antes da prática. Todos os sistemas civilizados caem neste erro: não sabendo seduzir a criança para o trabalho, são obrigados a deixá-la em férias até aos 6 ou 7 anos, idade que ela deveria ter utilizado para se tornar um hábil prático; depois, aos 7 anos, querem iniciá-la na teoria, nos estudos, em conhecimentos cujo desejo ninguém nela despertou (DANGEVILLE, 2011, p. 123).

Despertar na criança o desejo de aprender através do trabalho, traz benefícios para toda a sua vida, é estímulo de curiosidade para aprender a teoria. Logo, preparar a criança para entrar no mundo letrado, no mundo das teorias, terá muito mais significado se elas puderem ter aproximações com questões práticas da vida cotidiana, que possibilitem realizar no pensamento abstrações reais do mundo real. Assim, a teoria, terá muito mais entendimento e admiração durante o aprendizado. Nesse contexto, teremos mais possibilidades de ensinar o que realmente é essencial para o seguimento da vida, abre-se possibilidades reais para avanço em direção do saber sistematizado, esse é o papel da escola.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, podemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia) (SAVIANI, 2008, p. 15).

Aqui se coloca o grande desafio para a educação profissional do estado da Bahia, pois, para a sistematização do conhecimento, se faz necessário organizar o trabalho pedagógico, onde os conteúdos sejam desenvolvidos numa lógica de compreensão possível de entendimento pelos estudantes, em busca de um projeto histórico que supere as contradições contidas no capitalismo, que provoca a destruição do interesse da classe trabalhadora em interpretar o processo de trabalho colocado pela sociedade burguesa. A produção.

[...] a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos (ENGELS, 1980, p. 54).

Eis aqui como a sociedade burguesa coloca para a classe trabalhadora a lógica capitalista, avançando através da escola e, conseqüentemente, introduzindo nas bases de formação da juventude o projeto de sociedade burguesa como a única possibilidade de convívio social.

Vejamos, com o crescimento no número de jovens a serem instruídos gera uma crise na sociedade feudal. A necessidade em proporcionar ensinamentos aos filhos da nobreza que se realizava dentro dos monastérios se evidencia. A crise se agrava e, com isso, se processa uma mudança na forma de ensinar, criando, assim, grupos em espaços específicos para efetivar o ato educativo. O monastério abriu-se para ministrar lições referentes às artes liberais aos filhos da nobreza, o que gerou a necessidade de ser criado, dentro dessa instituição, um espaço físico específico onde fossem ministradas as lições (ALVES, 2002, p. 5). Dá-se início ao movimento de fracionamento do ensino para que o preceptor pudesse passar seus conhecimentos.

A divisão em etapas é uma das alternativas encontradas para a transmissão da educação. Configura-se aí a base da educação moderna, a educação burguesa. Esse processo de etapas remete a um modo de aprendizagem onde o estudante deve cumprir com os programas postos e conseqüentemente evidenciar esses conhecimentos adquiridos em um exame previamente marcados, onde nem todos conseguem obter o sucesso pré-determinado pelo processo, caracterizando a reprovação e a repetência.

O processo de desenvolvimento da educação moderna transcorreu de forma que as transformações não ocorreram em benefício de todos, apesar do movimento da instrução pública de ensinar tudo a todos (KLEIN, 2000). Constatamos hoje que, dentre tantos modelos de ensinar tudo a todos, o fracasso foi total, pois ideologicamente não houve mudança na estrutura e, sim, uma continuidade do pensamento burguês.

Então, que o que ocorre na escola atual é um direcionamento para uma determinada classe social facilitando os mecanismos devastadores do capital. Pois,

[...] na sociedade burguesa, o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é sempre um meio de ampliar, enriquecer e melhorar cada vez mais a existência dos trabalhadores (MARX; ENGELS, 2000, p. 26).

Logo, a escola capitalista conduz o estudante a pensar de acordo com o pensamento burguês, o que contribui para a manutenção de um modo de produção da vida que está destruindo forças produtivas – trabalho, trabalhador e a natureza.

Em antagonismo com este movimento, conforme já deixou evidente Marx no Livro II de O Capital – Seção III, “A Reprodução e a circulação do capital social” (2014, pp. 447-458), a “produção socializada” (MARX, 2014, p. 456) apresenta possibilidades reais de distribuir a força de trabalho, os meios de produção e a produção dos bens, sem que se acumulem riquezas nas mãos de poucos burgueses capitalistas, enquanto a classe

trabalhadora vive de salários irrisórios e sem direitos à seguridade social – assistência, previdência saúde – e outros direitos básicos que garantem a vida digna de todas as pessoas.

No sentido de possibilitar outro modo de escolarização para a juventude, na perspectiva de outro projeto histórico para além do capital, como já dissemos anteriormente, trabalhar o conteúdo na perspectiva da politécnica, onde os estudantes terão a possibilidade de compreender o porquê das coisas, como se dá o processo de produção e circulação de mercadorias na produção capitalista, com o trabalho assalariado, oprimido explorado subsumido e, por outro lado, a produção socializada, onde, entre contradições, na luta de contrários, constrói-se outra possibilidade de existência, de produção da vida. Tal procedimento apresenta aos estudantes como se realiza o movimento do real concreto no trabalho e na escola.

A educação profissional da Bahia

Ao tratar da experiência da educação profissional na Bahia, o fazemos destacando que este é um campo de disputa, e que defender fundamentos contra-hegemônicos, em condições objetivas adversas, exige muita clareza dos rumos e do projeto histórico a ser defendido. O que descreveremos a seguir diz, em termos, desta disputa e deste embate de projetos. A partir do ano de 2003, a expectativa de um novo padrão e perspectiva para o ensino médio técnico cresceu. Contudo a correlação de forças para a reestruturação educacional era grande, visto que a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a publicação do Decreto no 5.154/2004, caracterizava-se disputa de projetos. “O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas”. (FRIGOTTO, 2005, p. 26-27)

Nestas disputas internas, a escola se coloca como um elemento estrutural, pois é também nesse espaço, na educação formal, que se dá a formação da classe trabalhadora e seus filhos. Nesse sentido, o referido Decreto, regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da LDB. Já a resolução n. 6 de 20 de setembro de 2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Contudo, tais diretrizes trazem no seu conteúdo contradições entre os princípios e fundamentos, pois, no capítulo que trata dos princípios norteadores, artigo 6, inciso III, diz que se deve ter como princípio o “trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular”. (BRASIL, 2012, p. 02)

Porém, no mesmo artigo diz o inciso XVII – respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Ora, dessa forma, teremos que tratar de diversidades pedagógicas numa mesma modalidade de ensino proporcionando o direcionamento para as pedagogias hegemônicas, as quais contrapõem o trabalho como princípio educativo.

A partir de 2006, a educação profissional na Bahia retomou a sua trajetória de formação da juventude, porém, ainda distante de implantar uma educação integrada pois, muitas eram as fragilidades detectadas pela Secretaria da Educação, através da então coordenação de educação profissional, tais como: **(a)** cursos sem material adequado para o trato com o trabalho pedagógico; **(b)** matriz curricular distante da realidade dos estudantes; **(c)** proposta pedagógica desarticulada com as propostas das Unidades Escolares; **(d)** professores sem conhecimento da diferença entre ensino profissionalizante (educação profissionalizante) e ensino técnico profissional (educação profissional), diferença essa que está relacionada com o trabalho, ou seja, a primeira preocupada em formar mão de obra para o mercado de trabalho, educação tecnicista e o ensino técnico profissional com a preocupação em formar sujeitos históricos, críticos e construtores da sua realidade; **(e)** escolas sem infraestrutura para atender o ensino técnico e com um pouco mais de quatro mil matrículas. Por conta dessas e outras fragilidades que foram causas de muitos debates entre os trabalhadores da rede estadual, o governo da Bahia, em 2007, implantou a Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional (Suprof), com o objetivo de tratar dos assuntos do ensino técnico profissional integrado ao ensino médio a fim de fortalecer o projeto educacional e social comprometido com a emancipação humana dos trabalhadores e seus filhos, com base nas

[...] proposições da Escola Unitária fundada no trabalho como princípio educativo, com formulações originadas em Marx e Engels e posteriormente desenvolvidas por Gramsci.

[...] fundamentado na concepção de formação humana integral, omnilateral, politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, e que tenha sua centralidade na relação entre seus sujeitos e os conhecimentos (LIMA FILHO, 2021, p.81).

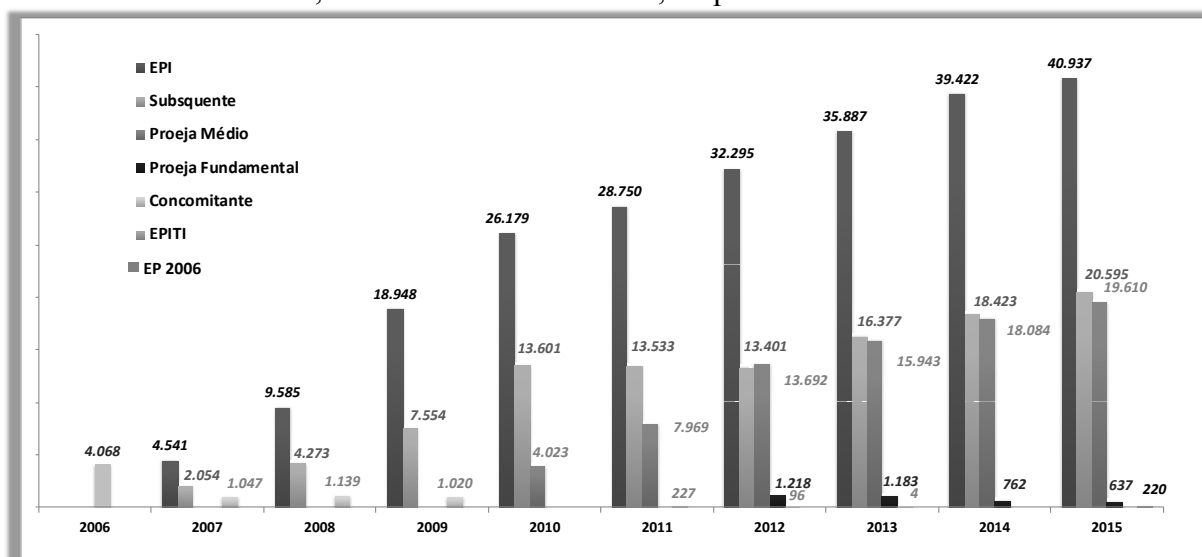
Eis aqui o marco inicial da reformulação da educação profissional no estado da Bahia, com uma proposta pedagógica definida, o trabalho como princípio educativo e articulação mais direta com as escolas técnicas estaduais.

Assim, a Suprof monta uma equipe de trabalho para estruturar o currículo, as escolas e oportunizar o acesso ao ensino técnico para aqueles que não obtiveram tal possibilidade

em outros tempos, proporcionando, assim, formar sujeitos críticos, com visão de mundo e preparados para o mundo do trabalho, além de crescimento didático-pedagógico.

A construção desta política pública na Bahia foi se revelando, pouco a pouco, como um projeto de governo capaz de enriquecer e possibilitar àqueles que a utilizam instrumentos necessários para a emancipação humana, econômica e social. Com o intuito de alcançar o maior número de jovens possível, a ampliação no número de matrícula na rede estadual de educação profissional da Bahia, se constitui como um dos seus objetivos. (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas na rede de educação profissional técnica de nível médio, da rede estadual da Bahia, no período de 2006 a 2015



Fonte: SEC/Suprof

O conjunto desta política pública direcionou a Educação Profissional do Estado a alcançar o patamar de segunda maior rede de educação profissional do país e dar avanços enormes a partir das demandas encontradas. Contudo, através das dificuldades que os estudantes trabalhadores apresentaram durante anos e com a divisão social do trabalho (Trabalho Intelectual x Trabalho Manual) que é ponto central para entender o processo de trabalho, a Bahia adota a concepção pedagógica do Trabalho como Princípio Educativo. Assim,

[...] o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros (FRIGOTTO, 2005, p. 60).

Dessa forma, a estrutura de currículo apresentada na educação profissional da Bahia

concebe uma formação com base filosófica, pedagógica e social assentada no materialismo histórico dialético, traz uma ressignificação do modelo curricular tradicional, visto que, uma das metodologias vinculadas é intervenção social, ou seja, ensino com retorno à sociedade, entendendo que são sujeitos históricos, fortalecidos pela sua identificação com seus territórios, compreendendo, assim, a sua profissão e o seu lugar na sociedade. A Suprof, respeitando o recente Decreto 5154/2004, formatou um currículo em três blocos de componentes que se relacionam Base Nacional Comum (BNC), que são garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Formação Técnica Geral (FTG) que tem como fundamental compreensão fazer com que o estudante entenda a relação teoria e prática, e trabalho e educação; e, por fim, a Formação Técnica Específica (FTE) organizada por categoriais curriculares, tem seus componentes curriculares ligados ao curso escolhido pelo estudante, definido pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

A Categoria Curricular presente no bloco dos componentes curriculares da FTE é dividida da seguinte forma: **(I)** contextualização, com posto por componentes que fazem relação com o processo histórico e social, visualizando as necessidades humanas e as transformações da sociedade; **(II)** fundamento, conjunto de componentes voltados para os conhecimentos de base essencial, que tratam da razão de ser de determinado curso, área de conhecimento, ou profissão; **(III)** tecnológicos, estão os componentes que favorecem os resultados práticos no desempenho da profissão, expressam-se no contexto socioambiental, econômico e contribuem com as transformações da realidade conhecida; e o **(IV)** instrumental, onde os componentes desta categoria estimulam o desenvolvimento de habilidades para execução dos conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos de forma articulada para que assim possam promover o encontro entre teoria e prática. Proporcionando, assim, para os estudantes, conhecimento e diálogo com o curso técnico da sua escolha, sabendo da sua importância histórica e as possibilidades de inserir-se no mundo do trabalho.

Porém, as questões pedagógicas que estão colocadas no mercado de trabalho, ante a possibilidade dos jovens e adultos da educação profissional, tornar-se sujeito criador da sua própria história, encantam com iniciativas de empreendedorismo, cidadão produtivo (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006). Tais encantamentos revelam os processos de desenvolvimento das forças produtivas e destrutivas do capital sobre a formação do sujeito, visto que tal ação, atividades empreendedoras permanecem organizadas a partir da lógica do mercado, não criando mais-valia diretamente, mas contribuindo para a acumulação do capital (TONN; MARCASSA, 2016).

Assim, o que a educação tem oferecido à classe trabalhadora e seus filhos que em ampla maioria frequenta a escola pública, até então, é uma formação reducionista onde eles tenham acesso apenas ao conhecimento necessário para reprodução do capital, fortalecendo a produção exacerbada de bens de consumo, o que provoca a mais-valia, sem a possibilidade de desvendar o mundo em que vive.

Tal estratégia está sustentada na venda da força de trabalho daqueles que necessitam de estrutura mínima para manter a sua vida e as dos seus entes. Dessa forma, vemos com Dangeville, a partir de Marx, que:

A escola representa, portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema atual, e os impede de descobrir as suas contradições internas.

A escola burguesa é um molde que prepara a fábrica e os escritórios, um instituto de treino para a prisão assalariada: “A criança está limitada a um único trabalho que é estudar, empalidecer com os rudimentos da gramática, de manhã e de tarde, durante 10 a 11 meses por ano. Poderá ela deixar de sentir aversão pelo estudo? Isto é suficiente para enfadar mesmo aquelas que têm inclinação para o estudo. A criança tem necessidade de ir, quando faz bom tempo, trabalhar para os jardins, para os bosques, para os prados; só deve estudar nos dias de chuva e na estação baixa, e deve ainda variar seus estudos. [...] Uma sociedade que comete o erro de encarcerar os pais nos escritórios, pode também acrescentar a asneira de encerrar a criança todo o ano num pensionato, “onde ela se aborrece tanto com o estudo como os professores (DANGEVILLE, 2011, p. 123).

O pensamento da classe dominante não enriquece a classe operária, logo, uma educação que transmita o ponto de vista burguês, não diz respeito aos interesses dos trabalhadores, falseando, assim, o ensino e os conhecimentos que são necessários aos trabalhadores para entender os processos de e para o trabalho na e da sociedade.

Nesse sentido, para encontrar possibilidades de mudanças da educação que perpassem por questões que superem a antiga e decadente maneira de educar, de forma unilateral, para uma nova condição de transformação e de escolarização do povo, perpassa por entender que o sistema capitalista coloca em prática, seu próprio mecanismo de intervenção quando percebe o movimento de transformação revolucionária dentro da sociedade e da classe trabalhadora ameaçando a hegemonia do capital. Cabe aqui ressaltar que o processo revolucionário numa sociedade dividida em classes acontece quando determinada classe sente ameaçada a sua condição.

As classes médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, podem pretender fazer girar para trás a roda da História. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o

proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado (MARX; ENGELS, 2000, p. 22).

Então, para se tornar efetivamente um movimento revolucionário, necessariamente, deve-se defender os interesses do proletariado em todas as instâncias ou, então, simplesmente estará, sorrateiramente, defendendo os interesses dominantes.

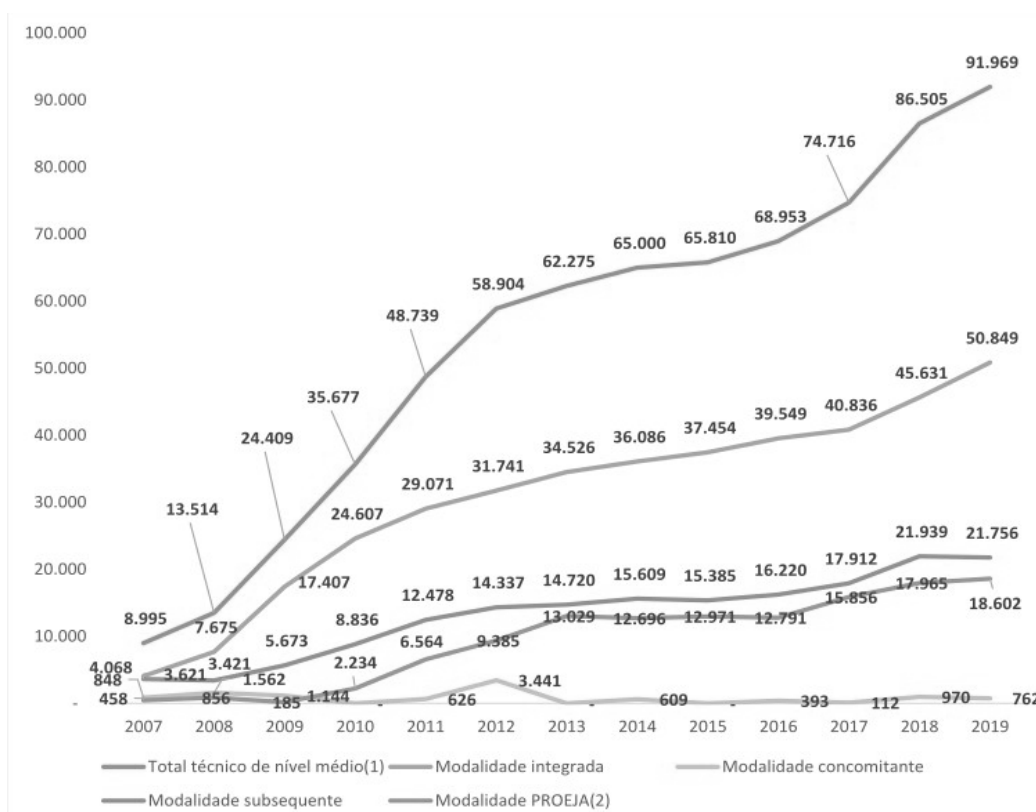
O desenvolvimento da educação profissional na Bahia

Em 2007 a Bahia foi dividida em 27 territórios de identidade, que

[...] é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SDR, 2010, p.12).

A Suprof vem implantando ao longo dos anos uma política pública de Estado, assegurando uma oferta de educação tecnológica no ensino público, que vem crescendo ano a ano. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), a oferta de vagas nos cursos técnicos da educação profissional baiana, entre os anos de 2006 a 2012, (Gráfico 2) teve um crescimento de mais de 1.400%, saltou de 4.068 (quatro mil e sessenta e oito) matrículas para mais de 58.000 (cinquenta e oito mil) matrículas.

Gráfico 2 - Evolução do número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, da rede estadual, por modalidade de oferta Estado da Bahia, 2007-2019 (Em n°s absolutos)



Fonte: MEC/Inep. Microdados do Centro Escolar da Educação Básica

Nota: (1) Somatório das modalidades Integrada, PROEJA Técnico, Concomitante e Subsequente

(2) Inclui apenas a modalidade EJA Integrada à educação profissional do nível médio
 Extração dos dados e confecção de tabelas e gráficos: Pedro Neto
 Orientação e Revisão Técnica: Prof. Almerico Biondi Lima

E, em 2015, a Bahia registrou aproximadamente 66.000 (sessenta e seis mil) matrículas de estudantes na rede de ensino público estadual. Logo, o aumento do número de vagas na educação profissional e, conseqüentemente, o acesso desses jovens e adultos trabalhadores ao ensino, possibilita maior condição de acesso ao mundo do trabalho, visto que no mundo globalizado, nas condições atuais do modo de produção da vida, a qualificação profissional é fator fundamental, assim como o trabalho é o primeiro pressuposto para a condição de viver.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.[...] O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas constitui o primeiro ato histórico. [...] A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente a sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*.

Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33, grifo no original).

Para tanto, no sentido de garantir o processo de desenvolvimento da vida e, conseqüentemente, da educação na teia descrita por Marx, se faz necessário a compreensão do homem no seu processo histórico, como gênero humano e não somente como espécie.

Para dar continuidade aos interesses, daqueles que tem inclinação pela educação profissional, a Bahia monta uma estrutura nos 27 territórios de identidade que transformaram escolas agrícolas abandonadas, escolas técnicas e unidades escolares, em Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP) com grande abrangência para atender todo o território de identidade e em Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP) com a abrangência de atender as demandas de todo o estado, oferecendo cursos de diferentes eixos tecnológicos, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Com as crescentes demandas sociais e econômicas por cursos técnicos, a implantação de CEEP e CETEP tem se ampliado cada vez mais, tornando necessário ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio em unidades escolares, denominadas de unidades compartilhadas, que antes ofereciam apenas o ensino médio regular, o chamado ensino propedêutico, sagrando mais uma possibilidade de formação para os adolescentes, jovens e adultos trabalhadores.

A educação profissional oferece modalidades distintas de ensino onde o estudante obedece a critérios de acordo com a sua realidade escolar e etária. A Educação Profissional Integrada (EPI) é uma delas, permitindo ao estudante, após a conclusão do ensino fundamental, a escolha de um dos cursos técnicos oferecidos pela rede com duração de quatro anos. Outra modalidade é a Concomitante que tem a duração de três anos, o estudante deve estar matriculado no ensino médio regular e no contraturno estudar em um Centro da Educação Profissional. A modalidade Subsequente (Prosub) é direcionada aos que concluíram o ensino médio em escola pública, e pretendem retornar à escola para fazer uma formação técnica profissional semestral, independentemente da idade atual, tem a duração de dois anos. É uma modalidade ofertada apenas nos Centros de Educação Profissional por meio de sorteio eletrônico monitorado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas, Auditoria Geral do Estado e outras instituições representativas do estado da Bahia, além de professores e candidatos. Por uma necessidade de reparação social e buscando alcançar aqueles que não completaram o percurso formativo do ensino fundamental, a Suprof oferta também a modalidade Proeja Fundamental - Educação Profissional para a Educação de

Jovens e Adultos. Com ele, a partir dos 18 anos, o jovem e o adulto trabalhador têm a oportunidade de elevar a escolaridade e obter uma qualificação socioprofissional ao final de dois anos e meio. O mesmo acontece para os que não tiveram o ensino médio concluído. Estes, ao se matricularem no Proeja Médio, obterão, além da elevação da escolaridade, uma formação técnica ao cumprirem o período definido pela matriz curricular.

Assim, a educação profissional do estado da Bahia em consonância com as políticas públicas da Secretaria de Educação, vem na direção do avanço e da transformação do sujeito. Compreendendo que a educação contribui nas alterações sociais com ações voltadas para a igualdade, ao reconhecer os direitos básicos dos sujeitos, entre eles, o direito a uma formação técnica profissional pública, de qualidade, socialmente referenciada e acessível para todos e

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-lo mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica (FRIGOTTO, 2010, p. 77).

Dessa forma, a Bahia tem dado um encaminhamento significativo para o interesse dos filhos da classe trabalhadora, no que diz respeito a acesso ao ensino técnico profissional, pois o crescimento do número de vagas para este segmento é crescente a cada ano como já ilustrado anteriormente. Assim, entendemos, aqueles que ainda não compreenderam o processo de socialização e as possibilidades para os que foram historicamente excluídos de tal educação, estão, ou até mesmo são, os que andam na contramão do processo de reparação desta parcela da população. Contudo, cabe aqui salientar que não podemos confundir mundo do trabalho com o apressamento imediato para o mercado do trabalho e nem com o produtivismo do trabalho (FRIGOTTO, 2010). Trata-se de uma relação mediata. Sua relação intrínseca dá-se com o trabalho na sua natureza ontocriativa, que é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade (KOSIK, 1976). No processo dialético, considerando que a formação profissional específica, para ser efetiva, é preciso da condição prévia na educação básica (fundamental e médio) articulando-se, portanto, a ela e às mudanças técnicas científicas do processo produtivo de desenvolvimento humano.

Este cenário desenvolvido a partir de 2007 na Bahia perdurou até 2016, mas, com as alterações no comando da Secretaria de Educação (SEC) e da Superintendência de Educação Profissional, os rumos da formação profissional são alterados e o caminho construído até então foi, equivocadamente, sem debate na base educacional – a escola, desconstruído a partir de 2017 acompanhando as diferentes mudanças ocorridas no Brasil.

Ao assumir a presidência da república, Michel Temer, logo após o Golpe 2016, que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff do cargo, encaminha ao Legislativo a **PEC 55/2016** dos gastos públicos, congelando os investimentos públicos em setores fundamentais como a Saúde e Educação, durante 20 anos. Continuando com a política de desmonte das políticas públicas a educação básica sofre diversos ataques, tendo como principal iniciativa a **Medida Provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, posteriormente se transforma na **Lei nº 13.415/2017**, que altera a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/1996 e nesse passo, modifica o Art. 36 da LDB instituindo os itinerários formativos, onde o 5º itinerário é a formação técnica e profissional.

O que vem ocorrendo no Brasil, a partir de 2016 é um alinhamento econômico e político, que segundo Montoro (2014), submete países aos ajustes estruturais que destroem soberania das nações, a democracia, os direitos e o meio ambiente.

A sequência de medidas parlamentares aprovadas, com uma maioria parlamentar de direita, extrema direita e do centrão, que aprova medidas de acordo com interesses dos capitalistas dos âmbitos da agricultura, indústria, comércio e serviços, demonstram, o processo de destruição de conquistas constitucionais da classe trabalhadora. E este ajuste passa necessariamente pelas políticas Educacionais.

A materialização dos interesses empresariais capitalistas, passa, portanto, por três âmbitos da luta de classes; (1) a disputa dos fundos públicos – orçamento da União e financiamento da educação; (2) a disputa da formação humana – assalto à subjetividade humana, as diretrizes e as fundamentações teóricas; (3) a disputa de projeto histórico – adequação adaptação ao projeto ultraneoliberal capitalista.

Esta materialidade está sendo atingida com êxito, em decorrência das estratégias é intervir no marco legal e as táticas são a ocupação de postos-chaves na política de Estado e Governo para favorecer interesses empresariais e orientar as medidas que impactam a classe trabalhadora, suas conquistas, a escola e o trabalho pedagógico.

As principais medidas adotadas como a Emenda Constitucional e todas as medidas do período da pandemia atacam direitos dos trabalhadores/as e nos permitem afirmar que implementar sem contestar as atuais diretrizes é contribuir para a materialidade dos interesses dos empresários capitalistas. A Formação da juventude no sistema educacional Brasileiro, e em especial na Bahia, passa por estas contra-reformas, reestruturação, reconceptualização curricular e passa, necessariamente, pela crítica a todo o aparato legal que atinge a classe trabalhadora retirando ou rebaixando direitos e conquistas históricas que

necessita ser revogado, para desobstruir a construção de outro projeto histórico para além do capital.

O Brasil possui aproximadamente 211 milhões de habitantes, com 56 milhões de estudantes, e está longe de democratizar e universalizar o ensino, com equidade e qualidade. O país está submetido, principalmente após o golpe de 2016 e seu aprofundamento, à reformas educacionais que vão desde a aprovação da denominada a Emenda Constitucional 95/2016 (“PEC da Morte”), que restringe investimentos na educação e saúde por 20 anos; as reformas trabalhista e previdenciária; a terceirização das atividades-fim sem limites; a Reforma do Ensino Médio, promulgação da BNCC, e promulgação da Base Nacional Curricular da Formação Inicial e Continuada dos/as professores/as (BNC Formação); e neste momento, a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa.

Urge intensificar a **resistência ativa** que implica na **crítica**, na **mobilização e organização dos/as trabalhadores/as** para o enfrentamento necessário, nas ruas, nos parlamentos, em todos os âmbitos da vida e, a defesa de **possibilidades superadoras** de políticas públicas, em especial de formação dos jovens filhos/as da classe trabalhadora, o que exige condições objetivas, entre as quais constam, o fim do Governo Bonapartista de Jair Bolsonaro e seus generais e, a retomada da democracia no Brasil. Perspectiva colocada para o próximo pleito eleitoral em 2022 e na luta concreta de mobilização da classe trabalhadora e seus organismos de luta.

Considerações finais

Em uma sociedade de classes, onde a propriedade privada dos meios de produção prevalece, onde o Estado aloja dentro de si as forças burguesas hegemônicas e onde os valores e fundamentos estão alicerçados de acordo com as forças hegemônicas, é necessário desenvolver, implementar a contra hegemonia. É necessário disputar projetos históricos. Mesmo as condições objetivas adversas, como é o caso do Brasil onde estamos em um Estado de Exceção (VALIM, 2017), tutelado por militares, é preciso construir as condições necessários a esta disputa de projetos históricos.

Para que possamos desenvolver melhor a análise sobre os dados e, conseqüentemente, cheguemos a conclusões, mesmo que parciais, sobre o que já foi feito e o mundo que se tem a fazer sobre a formação da juventude, se faz necessário compreender as condições objetivas em que se deu o trabalho e seus fundamentos curriculares.

Nesse sentido, as posições teóricas defendidas pelos que buscaram articular o trabalho formativo no currículo com um projeto histórico superador do capitalismo são

essenciais no enfrentamento do que é hegemônico.

Construir um currículo para formação na educação profissional, para a juventude na Bahia, implicou nisso: enfrentar contradições sem perder de vista o horizonte histórico e a possibilidade de superação do projeto hegemônico devastador do capitalismo que está acentuando a barbárie. É por conta desse entendimento da dimensão ontocriativa do trabalho em dadas condições objetivas, reais, concretas, que a educação profissional enfrenta contradições para materializar a formação da juventude crítica emancipatória, ou seja, na perspectiva da superação da sociedade de classes. Mesmo porque a emancipação é uma tarefa histórica de uma classe que vive subsumida à lógica do capital. Emancipar-se significa emancipar-se de sua condição de classe explorada, subalterna, subsumida a lógica do capital.

Romper a subsunção do trabalho ao capital é uma tarefa histórica que não se concretizará sem esforços gigantescos entre os quais os de fundamentar o currículo de formação profissional em outros fundamentos ontológicos, gnosiológicos, teórico-metodológicos.

A tese de doutorado “A formação dos estudantes na educação profissional técnica integrada ao nível médio da rede pública do estado da Bahia – 2008 a 2016: contradições e possibilidades de uma educação emancipatória” DUARTE (2021) sinaliza os limites para construção e implementação de ações, tais como: **(a)** construção e implementação de laboratórios dos cursos técnicos; **(b)** ausência no nivelamento técnico e pedagógico do professor na área do conhecimento que atua; **(c)** interesses e políticas específicas voltadas para a formação continuada de professores e gestores; **(d)** adequação dos professores para a realidade dos estudantes da educação profissional; **(e)** dificuldades e escassez de contratação de professores para os componentes curriculares da Formação Técnica Específica (FTE); **(f)** limites de espaço físico e de estrutura nas unidades de ensino e centros, entre outras dificuldades de variadas ordens para implementação de laboratórios e bibliotecas de cursos técnicos e outros percalços da educação pública que já são sabidos.

A estes limites impõem-se neste tempo histórico a política de alinhamento aos ajustes estruturais do capital que agem através de suas estruturas dentro e fora de governos e, caso não obtenham seus resultados almejados, manter e elevar taxas de lucros com a super exploração do trabalhador, do trabalho, da natureza, implementam guerras como estamos constatando neste momento na guerra inter imperialista, no Leste Europeu.

O Autor segue reforçando porém, que nas Unidades escolares e centros encontra-se, sujeitos históricos – trabalhadores da educação -, profundamente estimulados pelas transformações possíveis que a educação profissional promove em seus estudantes,

desempenham suas atividades docentes, na perspectiva do que Vygotsky (2010) chamou de zona de desenvolvimento proximal, ou seja, o professor faz a mediação histórico-cultural do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva de totalidade, objetivando a emancipação do sujeito e da classe, o que passa necessariamente pela disputa no chão da escola, do projeto histórico que orienta a formação escolarizada da juventude.

A educação profissional da Bahia foi, é e continuará sendo um enorme desafio porque as forças alinhadas com o grande capital não deixaram de agir e estão em todas as instâncias do estado burguês, inclusive no âmbito educacional. O trabalho docente e a reflexão daí decorrente de professores e estudantes, no sentido de serem sujeitos partícipes dessa construção de um projeto coletivo, cujos fundamentos estão alicerçados no projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora.

Por sermos profissionais, ora em ação na institucionalidade, sabemos que a educação profissional e os sujeitos a quem diretamente nos referimos, os estudantes, aprendem, apreendem, significam e ressignificam a vida e seus sentidos e significados. Sabemos dos limites que a proposta implementada na Bahia apresenta, da inconclusão e da parcialidade dos seus dados, entretanto, o caminho percorrido precisa ser reconhecido, pois entendemos que, para se fazer história, os homens em primeiro momento precisam estar vivos e se manterem vivos, para que a partir daí o movimento das relações sociais aconteçam e se desenvolvam e possamos assim, tirar as lições para as ações seguintes. Nesse desenvolver-se são criadas as condições de elevação da consciência humana rumo à emancipação. Assim, acreditamos que no processo de luta, que vem sendo travada, alcancemos a superação do modo de produção capitalista. O que é tarefa e obra da classe trabalhadora. Segundo Saviani (2008):

Essa formulação envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. Esse é o sentido básico da expressão *pedagogia histórico-crítica*. Seus pressupostos, portanto, são os da concepção dialética da história. Isso envolve em compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica (SAVIANI, 2008, p. 93, grifos do autor).

Isto significa que a formação profissional da juventude em geral tem referência em um Projeto Histórico não capitalista – contra hegemônico – no qual se aponte a superação das atuais estruturas sociais.

Significa, portanto, a necessidade de enfrentar e rejeitar fundamentos e teorias pedagógicas que se baseiam em normas e valores de uma sociedade na qual, não seria

possível a realização e a emancipação do indivíduo. Rejeição de todo o aparato hoje aprovado e que está sendo implementado a nível nacional através da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), entulho autoritário que deverá ser revogado.

Concluimos, ressaltando que é o Projeto Histórico o eixo em torno do qual devem definir-se as orientações pedagógicas, os fundamentos curriculares, de um projeto de escolarização da juventude, em especial na sua profissionalização, assegurando dessa forma que o “estatuto progressista” do discurso seja menos uma qualificação ideológica do que objetivamente revolucionário.

Referências

ALVES, G. L. **Escola moderna e organização do trabalho didático até o início do século XIX**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal/RN. História e memória da educação brasileira. **Anais [...]** Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002.

AZEVEDO, A. C. B. (org.). **Fundamentos da teoria curricular para a (Re) formulação de projetos Pedagógicos em Educação Física**. Campo Grande: Editora UFMS, 2016.
BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, câmara de educação básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 1 fev. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. **Censo escolar 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em 25 mar. 2021.

DANGEVILLE, R. Marx e Engels: Crítica da educação e do ensino. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 109-134, 2011.

DUARTE, R. J. B. **A formação dos estudantes na educação profissional técnica integrada ao nível médio da rede pública do estado da bahia – 2008 a 2016: contradições e possibilidades de uma educação emancipatória**. 2021. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Bahia. 2021.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1980.

ERMAKOVA, A; RATNIKOV, V. **Que são as classes e a luta de classes?** Moscovo: Progresso, 1986.

FRIGOTTO, G. *et al.* (org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2010. 2005

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, T. T. M. (org.). **A formação do cidadão produtivo – A cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Inep, 2006.

GAMA, C. N. **Princípios curriculares à luz da Pedagogia histórico-crítica: as contribuições da obra de Dermeval Saviani**. 2015. 232f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador – Bahia. 2021.

KLEIN, L. R. **O manual didático: contexto histórico de emergência e implicações na organização da escola moderna**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1989.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2022.

LIMA FILHO, D. L. Formação humana integral: logros e percalços do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. In: José Deribaldo Gomes dos Santos, Domingos Leite Lima Filho, Henrique Tahan Novaes (organizadores) - **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas** : vol. 1 /. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

MARTINS, L. M. Introdução aos fundamentos epistemológicos da psicologia Sóciohistórica. In: Ligia Márcia Martins (Org.) - **Sociedade, Educação e Subjetividade: Reflexões temáticas à luz da Psicologia Sóciohistórica**. Editora Cultura Acadêmica, Unesp. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/9bVqSC> Acesso em: 01 fev. 2020.

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: Contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Aurores Associados, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/ZMoEux>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. O Capital Livro II. **O processo de circulação do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

MÉSZÁROS; I. **Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo. Editora da Unicamp, Boitempo Editora, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTORO, X. A. **Capitalismo y Economía Mundial**: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. Coleção educação contemporânea

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. **Marxismo e Educação**: de bates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005.

Secretaria de Desenvolvimento Rural - Disponível em:

<http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20O%20territ%C3%B3rio%20%C3%A9%20conceituado,relativamente%20distintos%2C%20que%20se%20relacionam.>
Acesso em: 25 maio 2018.

TONN, C.; MARCASSA, L. PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS ESTUDANTES NO CONTEXTO DE FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, n. 24, 30 set. 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Editora, 2010.

VALIM, R. **Estado de Exceção: A forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo, Contracorrente, 2017.

Autores:

Ruy José Braga Duarte

Licenciado em Educação Física pela Universidade Católica de Salvador (UCSal)
Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professor da Rede Estadual de Educação da Bahia (aposentado),
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). CAMPUS XII – Guanambi – Bahia.

Foi Coordenador Técnico na Diretoria de Institucionalização da Educação Profissional (SUPROF – DIREPI)

E-mail: rjbduarte@uneb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3867-3468>

Celi Nelza Zülker Taffarel

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICamp)
Pós-Doutorado na Universidade de Oldenburg, Alemanha.

Dr^a Titular

Prof^a Participante Especial da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a Visitante da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

e-mail: taffarel@ufba.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

Marize Souza Carvalho

Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharelado em Antropologia,
Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

e-mail: carvalhosouzam@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5055-2725>

Como citar o artigo:

DUARTE, R. J. B.; TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M.S.. de A. La educación profesional en las escuelas estatales de Bahia y la educación de jóvenes en el modo de producción capitalista: La necesidad de disputar proyectos históricos. **Revista Paradigma**, Maracay, v. 43, Edição Temática 3, p.93-117, sep., 2022.